

BOLETIM 401

Brasília, 31 de julho de 2017

CPI confirma que Previdência é superavitária

O balanço parcial dos trabalhos da CPI da Previdência, que realizou 22 audiências no primeiro semestre, reafirmou a inexistência do déficit na Seguridade Social.

“O relatório sobre os trabalhos da CPI aponta, com muita certeza, que a Previdência brasileira não é deficitária, mas sim superavitária. Ele demonstra, por exemplo, que setores do patronato arrecadam por ano cerca de R\$ 25 bi em torno do trabalhador e não repassam à Previdência. Isso é um crime”, afirma o presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS).

Ele voltou a reforçar que é necessário que o governo, grandes bancos e empresas devedoras repassem à Previdência os milhões de reais arrecadados à custa do trabalhador brasileiro.

“O relatório também mostra que há uma dívida acumulada de grandes bancos e empresas, como Itaú, Bradesco, Caixa Econômica, Banco do Brasil, montadoras de automóveis, e a JBS, que ultrapassa mais de R\$ 500 bilhões de reais”, destaca.



CPI - A comissão foi instalada no final de abril, por sugestão da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap). O prazo de funcionamento previsto é até 9 de setembro. Porém, o relator da CPI, senador Hélio José (PMDB-DF), já sinalizou que pedirá a prorrogação dos trabalhos, devido ao extenso volume de dados a analisar. A próxima reunião da CPI ocorrerá na primeira semana de agosto.

Mais informações: www.cobap.org.br

Fonte: Agência Sindical



EM ALERTA OS TRABALHADORES...

Governo quer aprovar reforma da Previdência até o início de setembro

Depois da votação em plenário da denúncia contra o presidente, Michel Temer, na quarta-feira (2), o governo terá como prioridade a votação, ainda na primeira quinzena de agosto, da medida provisória (MP) que reonera a folha de pagamento de setores produtivos.

Segundo o líder do Governo no Congresso, deputado André Moura, a medida pode gerar R\$ 5 bilhões na arrecadação de 2017.

Outra pauta a ser retomada é a reforma da Previdência. O vice-líder do Governo, Beto Mansur, afirmou que a intenção é aprovar as novas regras previdenciárias até o início de setembro.

Fonte: Portal EBC

Aposentadoria especial será debatida no Senado

Aposentadoria especial será tema de audiência pública interativa na Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa (CDH) nesta terça-feira (1º). A audiência, requerida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), é a décima reunião do ciclo de debates sobre as reformas trabalhista e previdenciária.

A lei contempla a aposentadoria especial para algumas categorias, como por exemplo,

policiais e professores que têm o direito com 30 anos de contribuição para homens e 25 para mulheres.

O benefício da aposentadoria especial é concedido para profissionais de atividades que apresentem riscos à saúde ou que comprometam à integridade física do trabalhador. Os riscos devem se encaixar em condições de trabalho insalubres ou perigosas.

Neste tipo de aposentadoria não é exigido uma idade mínima e não há aplicação do Fator Previdenciário. Uma outra vantagem é que a aposentadoria especial exige menor tempo de contribuição para a Previdência.

A aposentadoria é concedida a quem comprova o exercício do trabalho em condições insalubres ou perigosas expostas aos agentes nocivos constantes na lei pelo período de 15, 20 ou 25 anos conforme a agressividade do agente a que o trabalhador esteve exposto. Além disso, é necessário ter no mínimo 180 meses de contribuição na Previdência Social.

Foram convidados para a audiência sobre a aposentadoria especial Ubiraci Dantas de Oliveira, presidente da CGTB; Carlos Silva, presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho; Luís Antônio de Araújo Boudens, presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais; Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; e Emerson Cordeiro Pacheco, diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde.

A audiência está marcada para às 9h, na sala 2 da Ala Nilo Coelho, no Anexo II do Senado.

Fonte: Agência Senado

No retorno dos trabalhos legislativos, governo terá semana decisiva

O retorno dos trabalhos legislativos a partir da próxima quarta-feira (2) marcará também o início de uma semana decisiva para o governo no Congresso Nacional. No mesmo dia em que retomam oficialmente as atividades parlamentares, deputados já deverão analisar em plenário a denúncia contra o presidente Michel Temer, por corrupção, apresentada pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Na última sexta-feira (28), o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), reafirmou o compromisso com a data de votação, que foi marcada na véspera do recesso parlamentar que começou em 18 de julho. Maia declarou que votar a denúncia é “a melhor opção para o país” e disse estar confiante de que o quórum necessário para a votação será atingido nessa quarta-feira.

Já os senadores, voltarão ao trabalho com outra tarefa importante: votar a Medida Provisória (MP) 770, que trata de benefícios fiscais para a compra de maquinário e equipamentos para salas de cinema em todo o país, em especial nos municípios de médio porte. A MP já foi aprovada pela Câmara e perderá a validade por decurso de prazo se não for votada até o dia 7. A expectativa, então, é que o Senado analise esse tema na sessão desta quarta-feira.

Pautas prioritárias - Na última semana, o líder do governo na Câmara, deputado André Moura (PSC-SE), também elencou mais duas medidas provisórias como pautas prioritárias para



o governo nos primeiros quinze dias após o retorno dos trabalhos no Congresso.

Segundo ele, os parlamentares deverão se dedicar a concluir a votação da MP 777 na comissão especial mista para que ela siga para o plenário da Câmara. Essa MP institui a nova taxa de longo prazo para remunerar os contratos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A outra prioridade será a medida provisória que trata da reoneração da folha de pagamento de empresas de mais de 50 setores da economia. Ela está pronta para votação no plenário da Câmara, mas antes dela os deputados precisarão votar mais três MPs que já estão na fila. Depois que passar pela Câmara, o texto ainda seguirá para o plenário do Senado.

Fonte: Agência Brasil



CNI: produção industrial e emprego caem em junho

A Sondagem Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI) aponta retração da atividade do setor no mês de junho em relação a maio. O quadro de retração foi verificado na produção, na baixa utilização da capacidade instalada (UCI) e na redução no número de empregados.

Os indicadores variam de 0 a 100 pontos, abaixo de 50 pontos indicam queda e acima de 50, crescimento. Em junho, o indicador da produção ficou em 47,7 pontos e o de número de empregados foi 47,6 pontos.

A utilização da capacidade instalada recuou para 65% e está 3 pontos percentuais abaixo da média histórica de 68% registrada desde 2011 para os meses de junho.

O desemprego atingindo 14 milhões de pessoas, segundo o IBGE, as taxas de juros elevadas, arrocho na renda e no crédito e a falta de capital de giro só agravam a situação da indústria. Segundo a sondagem, o índice de intenção de investimento ficou em 46,6 pontos.

E, ao contrário do que disse Temer de que “não existe crise econômica no Brasil”, o indicador de expectativa em relação ao emprego continua em 48,8 pontos. “Ou seja, mesmo com a perspectiva de recuperação, a indústria deve manter as demissões nos próximos seis meses”, diz a CNI.

Fonte: CNI

Brasileiro está menos confiante em relação à inflação, emprego, renda e consumo

O consumidor brasileiro está menos confiante com relação à inflação do país, às expectativas de emprego, renda e de compra de bens de maior valor, segundo pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI). De acordo com a entidade, o Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (Inec), divulgado sexta-feira (28), caiu para 99,5 pontos em julho, valor 1% inferior ao de junho; 1,7% menor do que o registrado em julho de 2016; e 8,2% abaixo da média histórica (108,4 pontos).

O Inec é um indicador criado pela CNI para ajudar as empresas a anteciparem variações na atividade econômica e, em especial, identificar as tendências dos consumidores para os próximos seis meses.

De acordo com a CNI, “todos os componentes dos indicadores que apontam as expectativas dos brasileiros para os próximos seis meses pioraram em julho”. A entidade aponta como sendo a maior queda a relativa às expectativas sobre o mercado de trabalho.

O recuo do índice que avalia a expectativa de desemprego recuou 5,2%, na comparação com junho. Na comparação com julho de 2016, o recuo ficou em 5,3%. A CNI esclarece que quanto menor o índice, maior é a expectativa de desemprego.

Já o índice que mede a expectativa com relação à inflação, foi registrado uma queda de



1,5% em julho, na comparação com junho; e de 1,3% na comparação com julho do ano passado.

Houve também queda nos índices relativos às expectativas de renda pessoal (-0,7% na comparação com junho; e -2% na comparação com julho de 2016), e da expectativa de compras de bens de maior valor (-1,7% na comparação com junho; e -2,6% na comparação com julho de 2016).

Com relação à expectativa de endividamento, houve um aumento de 2% na comparação com o mês anterior, e uma queda de 0,3% na comparação com o mesmo mês de 2016. Já o índice de condições financeiras aumentou 1,1%, na comparação com o mês anterior, e 2,1% na comparação com julho do ano passado. No caso desses índices, a comparação é feita com os três meses anteriores, o que, segundo a CNI, indica que os consumidores perceberam alguma melhora.

Feita em parceria com o Ibope Inteligência, a pesquisa ouviu 2 mil pessoas em 125 municípios entre os dias 13 e 16 de julho.

Fonte: Agência Brasil

Termina hoje prazo para sacar FGTS de contas inativas

Hoje (31) é o último dia para sacar os valores disponíveis nas contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Quem perder o prazo, só poderá usar os recursos nos casos previstos anteriormente, como a compra da casa própria, aposentadoria, em caso de demissão sem justa causa, quando a conta permanecer sem

depósitos por três anos ou no caso de algumas doenças.

No entanto, quem comprovar que estava impossibilitado de sacar no período estabelecido pelo governo, como no caso de presos e de doenças graves, poderá retirar o recurso até o dia 31 de dezembro de 2018.

Nessa etapa, o saque está liberado para todos os trabalhadores que têm direito ao benefício, não importa a data de nascimento. Pode fazer o saque quem teve contrato de trabalho encerrado sem justa causa até 31 de dezembro de 2015.

Caixa criou em seu site uma página especial e um serviço telefônico para tratar das contas inativas. O banco orienta os trabalhadores a acessar o endereço ou ligar para 0800-726-2017, para que possam saber o valor, a data e o local mais convenientes para os saques. Os beneficiários também podem acessar o aplicativo FGTS para saber se têm saldo em contas inativas.

Fonte: Agência Brasil

Recebimento no dia do início das de férias afasta pagamento em dobro

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho isentou a Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL de pagar multa por atraso no pagamento de férias a um técnico industrial que recebeu os valores no dia do início da fruição. Embora o artigo 145 da CLT determine que as férias sejam pagas dois dias antes de seu início, o

entendimento da Turma foi o de que o atraso foi pequeno e não houve indícios de que teria causado transtornos e constrangimentos em decorrência dele.

A Súmula 450 do TST determina o pagamento em dobro da remuneração de férias quando o empregador descumpre o prazo legal para o pagamento, ainda que as férias sejam gozadas na época própria. Com base nessa jurisprudência, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas/SP) condenou a Imbel ao pagamento em dobro, entendendo que a não quitação do valor referente às férias no prazo fixado no artigo 145 da CLT compromete o descanso do trabalhador, que fica privado de melhor condição econômica para usufruir aquele período.

Infração administrativa - Para o relator do recurso da empresa no TST, ministro Douglas Alencar Rodrigues, embora tenha sido desrespeitado o prazo estabelecido em lei para a remuneração das férias, o atraso de dois dias no pagamento não é capaz de produzir prejuízos evidentes ao trabalhador, “o qual não foi tolhido do direito de desfrutar do período por falta de recursos econômicos”. Nesse contexto, na sua avaliação, a condenação ao pagamento em dobro não seria razoável.

Por unanimidade, a Turma proveu o recurso, afastando o pagamento em dobro, mas determinou que o Ministério do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho sejam oficiados para a adoção de providências cabíveis, tendo em vista a informação de que o atraso é costumeiro e ocorreu também com outros empregados.

Fonte: TST



Dona Ligia com Mazinho, na sede nacional da CONTRICOM, por ocasião do aniversário recente da esposa do presidente...

46 ANOS DE UNIÃO!!!

A Diretoria da CONTRICOM expressa seus cumprimentos ao presidente Francisco Chagas Costa – Mazinho e à sua esposa, dona Ligia, que, hoje (31), completam 46 anos de união matrimonial, desejando a ambos e a seus familiares muitas felicidades pelo transcurso de data tão significativa.

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)